

Enfrentamento ao racismo como dispositivo no fortalecimento dos comitês de prevenção da morbimortalidade materna e infantil

Este documento tem como objetivo apresentar uma sistematização dos principais pontos abordados no webinar *Enfrentamento ao racismo como dispositivo no fortalecimento dos comitês de prevenção da Morbimortalidade materna e infantil*, ocorrido em 11/06/2026. O encontro contou com as participações de Regina Aguiar, Consultora Nacional da Coordenação de Ações Nacionais e Cooperação IFF/Fiocruz, e Sandra Valongueiro, médica, pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenadora do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna de Pernambuco. O encontro foi mediado por Tatiana Campos e Lucas Breno, também do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz).

Desigualdade racial e mortalidade materna

A desigualdade racial e o racismo são dos determinantes sociais da saúde que mais impactam os desfechos maternos e infantis no Brasil. Reconhecer sua influência sobre o acesso aos serviços, a qualidade da assistência e as condições de vida das mulheres é fundamental para reduzir mortes evitáveis e promover a equidade em saúde. Com esse objetivo, foi realizado o webinar, promovendo reflexões sobre o papel dos comitês na identificação e enfrentamento das desigualdades étnicas-raciais.

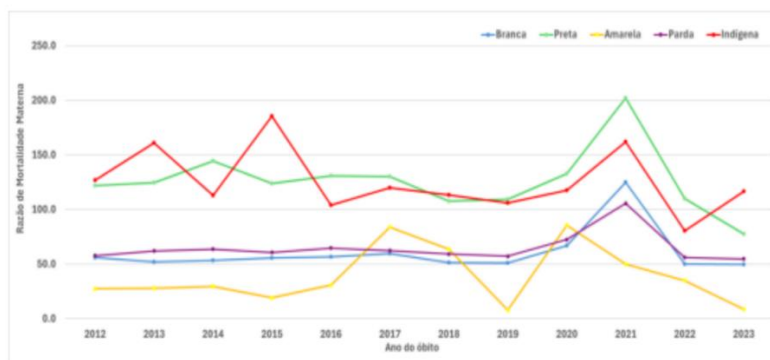
A mortalidade materna permanece como um importante problema de saúde pública e reflete desigualdades históricas que afetam principalmente mulheres negras, indígenas e aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. A análise dos indicadores demonstra que raça/cor, território, renda, escolaridade e acesso aos serviços de saúde influenciam diretamente os riscos relacionados à gestação, ao parto e ao puerpério.

Compreender a mortalidade materna exige reconhecer a interseccionalidade como ferramenta analítica. A partir dessa perspectiva, diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, classe social e território, não

atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e produzem vulnerabilidades específicas que impactam a saúde das mulheres e pessoas que gestam.

As mulheres pretas apresentaram as maiores Razões de Mortalidade Materna ao longo de toda a série histórica; Mulheres indígenas também apresentaram indicadores persistentemente elevados; Mulheres pardas apresentaram valores intermediários, porém superiores aos observados entre mulheres brancas (NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 227/2025-SVSA/SAPS/SAES/SESAI/MS, 2025). As desigualdades raciais permanecem evidentes mesmo com a redução observada em alguns indicadores nos últimos anos.

Gráfico 1 - Razão de Mortalidade Materna por raça/cor da mãe. Brasil, 2012 a 2023.



Fontes: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) (CGIAE/Daent/ SVSA/MS).

A obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde, estabelecida pela Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017, representa um importante avanço para a promoção da equidade em saúde no Brasil. A medida possibilita a produção de dados mais qualificados sobre as condições de saúde da população, permitindo identificar desigualdades raciais no acesso aos serviços, na qualidade da assistência e nos desfechos em saúde.

No contexto da vigilância da morbimortalidade materna e infantil, o registro adequado da informação de raça/cor é fundamental para evidenciar

iniquidades historicamente invisibilizadas, subsidiar a formulação de políticas públicas mais efetivas e orientar ações voltadas ao enfrentamento do racismo institucional. Além disso, o preenchimento qualificado desse campo fortalece as investigações realizadas pelos comitês de prevenção, contribuindo para análises mais abrangentes sobre os fatores sociais e estruturais associados aos óbitos evitáveis.

O Passo Zero e os 10 Passos para Redução da Morbimortalidade Materna

A incorporação do chamado Passo Zero à estratégia dos 10 Passos do Cuidado Obstétrico para Redução da Morbimortalidade Materna, no âmbito da Rede Alyne, representa um avanço na integração da equidade racial às políticas de saúde materna. Apresentado como um eixo transversal, o Passo Zero propõe o reconhecimento do racismo como determinante social da saúde e sua consideração em todas as etapas do cuidado obstétrico, da vigilância dos óbitos e da organização dos serviços.

A proposta reforça que o enfrentamento ao racismo não deve ser tratado como uma ação isolada, mas integrado às estratégias de qualificação da assistência, fortalecimento da vigilância e implementação de políticas públicas voltadas à redução das iniquidades. Nesse contexto, a perspectiva antirracista passa a orientar os processos de cuidado, gestão e monitoramento dos indicadores de saúde materna.

O papel dos comitês na prevenção das mortes evitáveis

A morte materna evitável constitui uma grave violação dos direitos sexuais e reprodutivos e representa um importante evento sentinela para avaliação da qualidade da assistência prestada às mulheres. Nesse cenário, os Comitês de Prevenção da Morbimortalidade Materna e Infantil desempenham papel estratégico ao investigar óbitos, identificar falhas assistenciais, analisar fatores determinantes e produzir recomendações para evitar novas ocorrências.

Os comitês devem incorporar uma análise orientada pela equidade, considerando os impactos das desigualdades raciais, sociais e territoriais nos casos analisados. Entre as ações apontadas como prioritárias estão a qualificação do registro da variável raça/cor, a inclusão de protocolos que

permitam identificar fatores relacionados ao racismo institucional e obstétrico, a produção de dados desagregados por raça e etnia e o monitoramento das recomendações voltadas à redução das iniquidades.

Também foi ressaltada a importância de uma composição interdisciplinar e intersetorial dos comitês, com participação de profissionais de saúde, gestores, pesquisadores, representantes da sociedade civil, movimentos de mulheres, povos indígenas e quilombolas, trabalhadoras rurais, doulas e demais atores comprometidos com a promoção da justiça reprodutiva e da equidade em saúde.

Fortalecimento da rede nacional de comitês

A atualização dos dados cadastrais dos comitês é fundamental para que estas ações sejam efetivas. Essa estratégia tem como objetivo fortalecer a articulação da rede nacional, aprimorar os fluxos de comunicação, manter atualizadas as informações de contato dos integrantes e favorecer o compartilhamento de experiências, estratégias e boas práticas voltadas à prevenção da morbimortalidade materna e infantil.

O enfrentamento ao racismo é um componente essencial das estratégias de redução das mortes maternas e infantis evitáveis, e fortalecer a atuação dos comitês contribui para a construção de uma atenção à saúde mais equitativa, inclusiva e comprometida com os direitos das mulheres, crianças e famílias. Além disso, a articulação desses comitês com os espaços de governança do SUS como Comissões Intergestores Regionais (CIR), Bipartite (CIB) e Tripartite (CIT), configura-se como uma estratégia capaz de fortalecer a governança e promover boas práticas de gestão e de qualificação do cuidado ao parto e ao nascimento no âmbito do SUS.

Referências

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. 10 Passos do Cuidado Obstétrico para Redução da Morbimortalidade Materna. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/10-passos-do-cuidado->

[obstetrico-para-reducao-da-morbimortalidade-materna/](#). Acesso em: 16 jun. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. 10 Passos para a Melhoria do Cuidado Neonatal. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-recem-nascido/10-passos-para-a-melhoria-do-cuidado-neonatal/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Principais questões sobre cuidado seguro de RN e crianças: direitos. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-recem-nascido/principais-questoes-sobre-cuidado-seguro-de-rn-e-criancas-direitos/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Principais questões sobre doar leite materno. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-recem-nascido/principais-questoes-sobre-doar-leite-materno/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Principais questões sobre anemia ferropriva na criança. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-anemia-ferropriva-na-crianca/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; Secretaria de Atenção Primária à Saúde; Secretaria de Atenção Especializada à Saúde; Secretaria Especial de Saúde Indígena. Nota Técnica Conjunta nº 227/2025/SVSA/SAPS/SAES/SESAI/MS. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-conjunta-no-2272025-svsa-saps-saes-sesai-ms.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2026.

PASSO ZERO: estratégia antirracista nos 10 Passos do Cuidado Obstétrico para Redução da Morbimortalidade Materna. Genially, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://view.genially.com/69a60e22c175d79746420e45>. Acesso em: 16 jun. 2026.